

# Impactos do Programa de Fomento na agricultura familiar do bioma Cerrado e sua relevância diante das mudanças climáticas — conclusões preliminares

*Patricia S. Mesquita, Universidade de Brasília (UnB); Ricardo Teophilo Folhes, Universidade Federal do Pará (UFPA); Luciana Vieira de Novais, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Louise Cavalcante, Wageningen University e Saulo Rodrigues-Filho (UnB)*

**Nas últimas duas décadas**, o Brasil vem ganhando reconhecimento pelas estratégias de proteção social destinadas à redução da vulnerabilidade das populações à fome e à insegurança alimentar. Entre elas, está o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Lei nº 12.512/2011) — o Programa de Fomento —, que foi estabelecido com os objetivos de estimular a geração de emprego e de renda, promover a segurança alimentar e nutricional (SAN) e dar impulso à participação dos beneficiários (em condições de pobreza e extrema pobreza) em formações sociais, educacionais, técnicas e profissionais, bem como promover a sua participação em associações e cooperativas. De modo geral, o Programa demonstrou ser eficaz na geração de diversos impactos, derivados da assistência técnica e extensão rural prevista pelo período de dois anos, e da ajuda financeira não reembolsável, aplicada a um projeto produtivo escolhido pelos produtores, de acordo com sua realidade (com base em necessidades específicas e ambientes).

Conforme observado na literatura, foram identificados vários impactos positivos, tais como melhorias nos recursos produtivos e não produtivos, na renda e capacidade produtiva, na SAN, no acesso a outras políticas públicas, nas diferentes regiões do Brasil. A importância do Programa destaca-se, ainda mais, para algumas áreas, como o Cerrado, considerando que os modelos climáticos indicam que o bioma sofrerá mudanças significativas na temperatura e na precipitação pelas mudanças climáticas, impactando as populações mais vulneráveis. Para este bioma, as projeções indicam aumento de 1 °C até 2040, 3-3,5 °C entre 2041-2070 e 5-5,5 °C entre 2071-2100, com uma diminuição da precipitação de 10-20 por cento até 2040, 20-35 por cento entre 2041-2070 e 35-45 por cento entre 2071-2100 (PBMC, 2014). Assim, dada a diversidade de impactos atribuídos ao Programa Fomento e a seus potenciais impactos positivos diante das mudanças climáticas, esta pesquisa<sup>1</sup> teve como objetivo compreender os impactos do Programa sobre as características produtivas e socioeconômicas que podem favorecer a resiliência dos agricultores familiares em longo prazo. As entrevistas com os beneficiários foram realizadas entre fevereiro e maio de 2018, em duas das regiões administrativas do Distrito Federal, Brasil (Sobradinho e Gama). Foram entrevistados 10 beneficiários com um questionário qualitativo, que foi tabelado e tratado de forma quantitativa para esta breve discussão.

Antes do Programa, a maioria dos entrevistados já desenvolvia alguma atividade produtiva agrícola em sua propriedade (80 por cento), com a metade deles relatando que o Fomento havia proporcionado mudança em sua atividade produtiva principal. Isso consistiu, principalmente, em mudar a importância relativa dos itens produzidos e/ou a inclusão de itens não produzidos anteriormente. Foi relatado que a renda aumentou (100 por cento) com a venda de itens e a diminuição da necessidade de compra de determinados alimentos (que foram produzidos posteriormente). Maior consumo de frutas e vegetais e maior economia em razão da produção de carne e ovos também foram identificados por alguns beneficiários. Apenas 30 por cento mencionou a produção de novos produtos alimentícios em decorrência do Fomento. Ampliou-se o conhecimento técnico pela orientação dada pela assistência técnica e extensão rural (ATER) e pelos cursos oferecidos, que desenvolveram a capacidade de produzir novos itens, novas formas de manejo da produção e a capacidade produtiva como um todo. O uso de novas técnicas e equipamentos foi citado por 90 por cento dos entrevistados. Além disso, 70 por cento destacaram a melhoria nas relações comunitárias e 90 por cento em sua confiança como produtor. O Programa teria aumentado o entrosamento entre os membros da comunidade e seu círculo social (o que se reflete nas possibilidades de venda), enquanto o aumento do conhecimento (resultado da Ater recebida) teria feito com que os agricultores se sentissem mais capacitados para produzir de maneira independente.



Todos os entrevistados declararam se sentir capazes de vender parte da nova produção para mercados locais (50 por cento), para programas governamentais (10 por cento), outros comércios (20 por cento) e vizinhos (100 por cento). Apesar de conseguirem vender a produção, 60 por cento revelaram dificuldades para essa ação, como falta de transporte, locais formais para comercialização e máquinas para processar a produção. E 40 por cento dos entrevistados afirmaram ter notado a influência do clima sobre a produção e as mudanças climáticas ao longo dos anos, com mais eventos de precipitação elevada, imprevisibilidade do clima, impactos da chuva sobre os animais (como doenças), secas sobre as culturas, bem como incêndios florestais afetando a produção. Cerca de 20 por cento não sabiam como responder a esta pergunta. O Programa também estaria ajudando os agricultores a permanecer na área rural (100 por cento), uma vez que atua como um incentivo, auxiliando no desenvolvimento de projetos, dando ocupação e melhorando a renda, o acesso à alimentação e o bem-estar. Em um cenário de mudanças no clima e de suas variáveis, o Programa parece ser de grande importância para melhorar a vida e a resiliência dos agricultores, diante de impactos atuais e futuros. Além disso, mais pesquisas são consideradas necessárias para compreender os impactos dos programas de proteção social na população de agricultores vulneráveis do bioma Cerrado, assim como suas interconexões com as mudanças climáticas.

**Referência:**

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (PBMC). Base científica das mudanças climáticas: contribuição do Grupo de Trabalho 1 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas. [AMBRIZZI, T.; ARAUJO, M. (Eds.)]. Rio de Janeiro: COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 2014, 464 pp.

**Nota:**

Desenvolvido em parceria entre a Rede CLIMA (Sub-rede de Desenvolvimento Regional) no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB) e o antigo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

## Endnotes

1 Desenvolvido em parceria entre a Rede CLIMA (Sub-rede de Desenvolvimento Regional) no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB) e o antigo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).